



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

<b>1. Área Requisitante</b>
Unidade Requisitante: Assessoria de Integração Profissional.
Responsável(is) pela demanda: Rodrigo Espindola - Coordenador da Assessoria - Matrícula 277;
<b>2. Identificação da Solicitação</b>
2.1. Constitui objeto deste instrumento a análise da necessidade e a definição da solução adequada, oportuna e conveniente à contratação de pessoas jurídicas interessadas em firmar acordos de patrocínios, não exclusivos, para apoio e promoção ao evento “1º Congresso Catarinense do CREAjr”, que acontecerá entre os dias 31 de outubro e 01 de novembro de 2025 no Centro de Cultura e Eventos, em Chapecó/SC.
<b>3. Especificações, Estimativas e Quantidades</b>
3.1. O patrocínio se dará por meio de 04 (quatro) tipos de cotas, conforme estipulado a seguir: a) <b>DOCTORADO:</b> 05 (cinco) cotas disponíveis, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) cada; b) <b>MESTRADO:</b> 08 (oito) cotas disponíveis, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada; c) <b>GRADUAÇÃO:</b> 10 (dez) cotas disponíveis, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada; d) <b>INICIAÇÃO CIENTÍFICA:</b> 15 (quinze) cotas disponíveis, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada. 3.2. É permitido ao patrocinador, caso seja do seu interesse, a aquisição de mais de uma cota, fazendo jus às contrapartidas respectivas. 3.3. As contrapartidas estarão especificadas no Termo de Referência respectivo.
<b>4. Data prevista para iniciar a contratação</b>
4.1. Data prevista para o início da vigência da contratação: outubro de 2025.
<b>5. Outra Possível Solução e Levantamento de Mercado</b>
5.1. Não se vislumbra alternativa possível, diferente do patrocínio por inexigibilidade mediante credenciamento advindo de Chamamento Público, conforme justificativas a seguir: 5.2. Em análise a outros processos similares da Administração Pública, conforme listagem abaixo, observa-se a adoção da mesma solução ora analisada, o que corrobora o resultado ao levantamento de mercado realizado: <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Chamamento Público para Captação de Patrocínio para o 4º Congresso UFU de Contabilidade, organizado pela Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia;</li><li>➤ Chamada Pública para Captação de Patrocínio e Apoio para a 48ª Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – Reditec 2024;</li><li>➤ Chamamento Público para Captação de Patrocínio – Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco – CAU/PE;</li><li>➤ Chamamento Público para Captação de Patrocínios 003/2019 – DRI – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CREA-PR;</li><li>➤ Edital de Credenciamento nº 02/2024 – Conselho Regional de Contabilidade do Ceará - CRCCE;</li></ul>

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

09/09/2025 as 16:00:07 por Rodrigo Rudolf Espindola - Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.

09/09/2025 as 16:41:18 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier - Presidente, Registro: 036650 1.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

- Edital de Chamamento Público nº 013/2023 – Processo nº 01-060.177/23-15–63789/GERMK-BL/2023 - Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A – BELOTUR;
- Edital de Credenciamento nº 37/2025 – Conselho Regional de Contabilidade do Paraná - CRCPR;
- Edital de Chamamento Público nº 004/2024 – Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais;
- Edital de Chamamento Público de Patrocínio nº 90001/2025 - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA.

5.3. Da listagem acima, e considerando os processos em âmbito Federal, a grande maioria dos processos não possui fundamentação legal que justifique e autorize o procedimento por parte da Administração. Limitam-se a citar, quando muito, apenas princípios e a fazer referência genérica às Leis de Licitações. O processo do CONFEA traz a fundamentação com base em normativa própria – Portaria nº 78/2025, que dispõe sobre a regulamentação do patrocínio de eventos promovidos pelo CONFEA por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público. Lembrando que, *contrario sensu*, à Administração somente é permitido fazer aquilo que expressamente a lei autoriza.

5.4. Os outros processos pesquisados em âmbito Federal - Edital de Credenciamento nº 02/2024 – Conselho Regional de Contabilidade do Ceará – CRCCE e Edital de Credenciamento nº 37/2025 – Conselho Regional de Contabilidade do Paraná – CRCPR – possuem fundamento legal na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.878/2024, que trata do procedimento auxiliar de credenciamento.

5.5. Já o processo municipal possui fundamentação legal própria através dos Decretos Municipais nº 10.710/2001 e nº 16.825/2018. Em pesquisa, também encontramos outras legislações Municipais e Estaduais nesse sentido: Decreto Municipal nº 30, de 30 de junho de 2023 e o Decreto Municipal nº 23, de 01 de fevereiro de 2024, do Município de Bandeira do Sul/MG; Lei Ordinária nº 1953, de 21 de julho de 2021, do Município de Barra Velha/SC; e Lei nº 4.738, de 29 de dezembro de 2011, e o Decreto nº 44.169, de 26 de janeiro de 2023, do Distrito Federal/DF.

5.6. Em consulta à jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU, apenas foi encontrado o seguinte:

*“3.1.1. A legalidade da concessão de patrocínio a órgão público por parte de instituições bancárias, públicas ou privadas, não faz parte do escopo destes autos de tomada de contas. (...) Esse assunto parece não ter ainda um delineamento concreto nem mesmo por parte deste TCU.” (TCU. Acórdão nº 1623/2010 - Primeira Câmara)*

5.7. Com base nesse Acórdão somente se ressalva, portanto, adaptando-se às peculiaridades e especificidades do CREA-SC, autarquia *suis generis* que possui renda e patrimônio próprios, que os recursos financeiros advindos dos patrocínios deverão se dar por meio da conta única e oficial deste Conselho e as despesas a elas vinculadas regularmente executadas, segundo a legislação orçamentária em vigor.

5.8. Por meio do Parecer nº 316/2017/CJU-GO/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica da União no Estado de Goiás (CJU/GO) manifestou-se nos seguintes termos:

*“16. Embora tenha feito diversas pesquisas, não encontrei regramento específico para a matéria. Existe a Instrução Normativa SECOM-PR nº 009/2014, que disciplina o patrocínio de órgãos e entidades da administração pública federal (Administração como patrocinadora), mas a situação dos autos é o inverso, pois a União figura como patrocinada. O objeto do contrato também parece não se enquadrar nas situações reguladas pela Lei nº 13.019/2014 e pelo Decreto nº 8.726/2016.*

*(...)*

*19. É certo que, ainda que inexistente regulamentação específica sobre a matéria, a contratação não se desprende do disposto no inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, nem dos princípios da isonomia e da publicidade. Ademais, o art. 116 da Lei nº 8.666/1993 dispõe que as disposições daquela lei aplicam-se, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.*

*20. Uma medida que pode viabilizar a o objeto pretendido é a realização de um chamamento público para uma espécie de credenciamento, no qual se estabeleçam tanto a contrapartida oferecida pela Administração quanto os critérios objetivos para a admissão das empresas, inclusive cuidando para que se evitem possíveis conflitos de*

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

09/09/2025 as 16:00:07 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.

09/09/2025 as 16:41:18 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

*interesses. Uma vez preenchidos tais requisitos, seriam admitidos todos os patrocínios, sem competição, o que tornaria o procedimento licitatório inexigível (art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993).*

*21. O credenciamento é uma construção doutrinária e jurisprudencial fundada na inexigibilidade de licitação. Ocorre quando o interesse público determinar a contratação de uma pluralidade de particulares que atendam as condições fixadas pela Administração, sem que haja relação de exclusão. Em outras palavras, o credenciamento é um sistema por meio do qual se viabiliza a contratação ou a habilitação de todos os interessados em prestar certos tipos de serviços ou atividades, conforme regra de habilitação e remuneração previamente definidas, pois o interesse público impõe que a prestação ocorra por meio do maior número possível de particulares.”*

5.9. No presente caso, temos a ocorrência da hipótese legal de cabimento do credenciamento, qual seja, contratações paralelas e não excludentes, uma vez que as cotas de patrocínio, dentro de cada faixa, são padronizadas e não exclusivas, pois possuem os mesmos valores e as mesmas contrapartidas. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.878/2024 e do Regulamento de Licitações e Contratos do CREA-SC, respectivamente:

*“Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:*

*I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas; (...)”*

*“Art. 3º O credenciamento poderá ser adotado pela administração nas seguintes hipóteses de contratação:*

*I - paralela e não excludente - caso em que é viável e vantajosa para a administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas; (...)”*

*“1 – O credenciamento configura hipótese de inexigibilidade de licitação, cabível nas hipóteses prescritas no artigo 79 da Lei n. 14.133/2021.”*

5.10. Considerando a incidência dos princípios da legalidade, finalidade, moralidade administrativa, proporcionalidade, impessoalidade, economicidade, eficiência, transparência e publicidade, que regem as ações da Administração Pública como um todo, e deste CREA-SC em especial, exige-se a publicação de um processo seletivo, a ser denominado Chamamento Público, a fim de possibilitar ampla publicidade e igualdade de condições para ofertas de patrocínios entre todos os interessados.

5.11. Essa exigência também decorre da própria Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.878/2024 e do Regulamento de Licitações e Contratos do CREA-SC que assim disciplinam, respectivamente:

*“Art. 79. (...)*

*Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:*

*I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;*

*II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;*

*III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação; (...)”*

*“Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:*

*I - credenciamento - processo administrativo de chamamento público em que o órgão ou a entidade credenciante convoca, por meio de edital, interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;*

*(...)*

*IV - edital de credenciamento - instrumento convocatório que divulga a intenção de compra de bens ou de contratação de serviços e estabelece critérios para futuras contratações; e (...)”*

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

09/09/2025 as 16:00:07 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.

09/09/2025 as 16:41:18 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

*“2 – O Departamento de Administração deve elaborar edital de chamamento público para o credenciamento, em acordo com as disposições contidas nos documentos técnicos produzidos pela Unidade Demandante, indicando: (...)”*

5.12. Ademais, a figura do Chamamento Público, a fim de possibilitar e organizar a concessão do patrocínio à Administração Pública, sempre é requisito indispensável para tal captação, vide, por exemplo, o Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023, que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura.

5.13. Em atendimento ao artigo 6º do Decreto nº 11.878/2024, a presente contratação se enquadra na condição estabelecida no inciso IV do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, *in verbis*:

*“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

*(...)”*

*IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento; (...)”*

5.14. No presente caso, é inviável a competição, uma vez que os valores das cotas são fixados pelo próprio CREA-SC, considerando as contrapartidas padronizadas também estabelecidas pelo Conselho. Assim, os interessados deverão ofertar dentre os itens preestabelecidos, não existindo competição entre eles, tampouco a possibilidade de oferta de condições diferentes das estabelecidas no processo e no Edital de Chamamento Público.

5.15. Consoante dispõe o artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, a inexigibilidade de licitação deriva da inviabilidade de competição, ou seja, são aquelas situações em que não é possível se escolher a proposta mais vantajosa, pois a estrutura legal do procedimento licitatório não é adequada para a obtenção do resultado pretendido - como se vislumbra no presente caso, em que há ausência de alternativas, pois os ônus e os bônus já estão padronizados e igualmente definidos pelo CREA-SC, independentemente do interessado que aceitar participar, não cabendo qualquer negociação/modificação das condições preestabelecidas; em consequência, já existe um único e objetivo critério definido, sendo o critério da vantajosidade incompatível com a natureza da necessidade a ser atendida.

5.16. Mesmo nos casos em que existirem mais interessados do que cotas disponíveis, ainda assim não é possível a competição para definição dos futuros contratados. Não existe a possibilidade de uma oferta mais vantajosa do que a outra. Nesses casos, se ocorrerem, em atendimento ao disposto no inciso II, do § único, do artigo 79, da Lei nº 14.133/2021 c/c o inciso V, do artigo 7º, e artigo 9º, do Decreto nº 11.878/2024, será realizado sorteio para distribuição das cotas entre os interessados, em sessão pública previamente convocada para este fim.

5.16.1. Diante da necessidade de assegurar tratamento isonômico entre todos os interessados, revela-se legítimo o uso de sorteio como critério de julgamento, tendo em vista que este critério respeita os princípios que regem a atividade administrativa, notadamente a impessoalidade, a isonomia, a moralidade e a eficiência.

5.16.2. Nessas hipóteses, o sorteio surge como critério mais justo, transparente e compatível com o interesse público. Trata-se de um mecanismo neutro, que afasta escolhas subjetivas, elimina o risco de favorecimento pessoal e garante que todos os interessados, em igualdade de condições, tenham as mesmas chances de contemplação.

5.16.3. Sob o prisma da impessoalidade, o sorteio evita que a Administração faça distinções com base em preferências ou conveniências pessoais, respeitando o dever de agir com neutralidade e justiça. Do ponto de vista da isonomia, assegura-se que todos os interessados credenciados sejam tratados de forma igualitária, sem discriminações arbitrárias.

5.16.4. Além disso, o sorteio prestigia o princípio da moralidade administrativa, pois promove uma solução ética e transparente, afastando qualquer dúvida sobre a lisura do processo. Por fim, do ponto de vista da eficiência,

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

09/09/2025 as 16:00:07 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.

09/09/2025 as 16:41:18 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

trata-se de uma medida célere, prática e que não exige complexas deliberações ou análises subjetivas, permitindo que a Administração avance com o processo decisório com segurança e legitimidade.

5.16.5. Em síntese, quando não houver critérios técnicos ou objetivos que permitam distinguir os interessados, o sorteio público é a alternativa que melhor equilibra os valores constitucionais aplicáveis à atuação administrativa, garantindo que a escolha seja orientada exclusivamente pelo interesse público e pela igualdade de condições entre os concorrentes.

5.17. Por fim, a Lei nº 5.194/1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, admite a captação de patrocínios pelo CREA-SC, uma vez que estabelece em seu artigo 35 que:

*“Art. 35 - Constituem renda dos Conselhos Regionais:*

*(...)*

*VIII - outros rendimentos eventuais.”*

## **6. Justificativas**

6.1. Entende-se por patrocínio o apoio, em geral financeiro, concedido por pessoa jurídica para viabilizar atividade de interesse público (artística, cultural, científica, educacional, comunitária ou promocional), mediante contrapartidas de visibilidade institucional e relacionamento com o público-alvo. No presente caso, o patrocínio visa apoiar a realização do 1º Congresso Catarinense do CREA Jr, fortalecendo ações de desenvolvimento profissional, inovação e empregabilidade de estudantes e jovens profissionais das engenharias, agronomia e geociências.

6.2. O Congresso reunirá majoritariamente acadêmicos, recém-formados, profissionais, empresas e entidades parceiras para intercâmbio de conhecimentos, discussão de tendências tecnológicas, práticas sustentáveis e oportunidades de carreira/negócios. O objetivo é acelerar a transição “do campus ao mercado”, estimulando competências técnicas e comportamentais, conexões com o setor produtivo e a valorização do exercício profissional.

6.3. A iniciativa está em plena sintonia com a missão do CREA-SC de promover o aprimoramento técnico e ético, a fiscalização e a valorização profissional, e com os programas CREA Jr/CREA Jovem, que aproximam academia, mercado e sistema profissional. O evento amplia o alcance das ações estratégicas de orientação profissional, empregabilidade, empreendedorismo e inovação, com impacto direto no público jovem.

6.4. A captação de patrocínios é essencial para viabilizar o evento, garantindo os recursos financeiros necessários e proporcionando visibilidade e engajamento para as marcas associadas. O Congresso observa os princípios da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) e se alinha à Lei 5.194/66, ao evidenciar responsabilidade técnica, atualização contínua e valorização das atividades tecnológicas. A captação por cotas, com contrapartidas objetivas, promove transparência, economicidade e finalidade pública, sem contrapor-se às vedações de publicidade pessoal ou promoção indevida.

6.5. A realização em Chapecó, no Centro de Cultura e Eventos, favorece a integração do ecossistema do Oeste catarinense, importante polo agroindustrial e tecnológico, ampliando a participação de IES e empresas da região. O espaço foi cedido pelo município, sem custos para o CREA-SC, o que reforça a economicidade da iniciativa e o apoio institucional da Prefeitura à realização do Congresso. O local dispõe de infraestrutura adequada (auditórios, áreas de exposição e networking) e boa acessibilidade, assegurando a qualidade do evento com racionalidade de recursos.

6.1. Os recursos provenientes das cotas serão destinados a itens diretamente vinculados à execução do evento, tais como: locação mobiliário, infraestrutura de TI/áudio/visual e transmissão, sinalização e materiais

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

09/09/2025 as 16:00:07 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.

09/09/2025 as 16:41:18 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

gráficos, palestrantes (passagens/diárias quando cabível), ações de comunicação e marketing institucional, serviços operacionais (segurança, limpeza, recepção, seguro do evento).

- 6.2. Os patrocinadores do Congresso terão a oportunidade de associar suas marcas a um evento de prestígio, garantindo alta visibilidade e engajamento. As marcas patrocinadoras serão destacadas em materiais de divulgação do evento. Além disso, as marcas serão mencionadas durante as sessões do evento, garantindo reconhecimento público e reforçando seu compromisso com a inovação e o desenvolvimento sustentável. As ações promocionais permitirão uma interação direta com o público-alvo, proporcionando oportunidades únicas para fortalecer o relacionamento com clientes e parceiros.

**7. Descrição dos Requisitos da Contratação e da Solução como um Todo**

7.1. Nos termos já expostos no Capítulo 5 acima, será realizado Chamamento Público para credenciamento de pessoas jurídicas públicas ou privadas, interessadas em patrocinar o evento “1º Congresso Catarinense do CREA Jr”, que acontecerá entre os dias 31/10 e 01/11/25 no Centro de Cultura e Eventos, em Chapecó/SC.

7.2. O credenciamento não obriga o CREA-SC a contratar.

7.3. O credenciamento ficará permanentemente aberto durante a vigência do Edital de Chamamento Público e será realizado e operacionalizado nos termos deste. O Edital de Chamamento Público será divulgado e mantido à disposição no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, além do site oficial do Conselho. A publicação do Edital, ainda, obedecerá às exigências legais (jornal e DOU).

7.4. O Edital de Chamamento Público observará as regras gerais da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.878/2024.

7.5. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no SICAF e apresentar requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar. Os demais requisitos de habilitação constarão do Termo de Referência e do Edital de Chamamento Público.

7.6. É vedada a participação no processo de credenciamento de pessoa física, e de pessoa jurídica que: esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal; ou mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.7. O exame e o julgamento dos documentos de habilitação ficarão a cargo da Superintendência do CREA-SC, conforme designação da Comissão de Contratação.

7.8. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no Edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP e no site do CREA-SC.

7.9. Após divulgação da lista de credenciados, o CREA-SC poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

**8. Justificativas para o Parcelamento ou Não da Solução**

8.1. Por se tratar de evento único não há como parcelar o objeto do contrato, não podendo haver divisibilidade.

8.2. As cotas de patrocínio foram definidas e divididas de acordo com as contrapartidas respectivas.

8.3. A definição dos valores e a divisão das cotas de patrocínio para o Congresso foram estruturadas com base em uma análise dos benefícios oferecidos a cada categoria de patrocinador, bem como na expectativa de retorno para as marcas envolvidas. O evento visa atrair um público qualificado e relevante, composto por

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

09/09/2025 as 16:00:07 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.

09/09/2025 as 16:41:18 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

profissionais, acadêmicos, empresários e autoridades, o que justifica a criação de diferentes níveis de patrocínio, cada um oferecendo contrapartidas proporcionais ao investimento realizado.

8.3.1. Cota Doutorado (R\$ 20.000,00): A cota Doutorado representa o nível máximo de patrocínio, indicada para empresas que desejam ampla visibilidade e forte engajamento com o público. Além da presença destacada da marca em todas as frentes de comunicação, garante benefícios exclusivos, como espaço para vídeos promocionais e ativações especiais durante o evento, assegurando uma exposição direta e diferenciada perante os participantes.

8.3.2. Cota Mestrado (R\$ 10.000,00): A cota Mestrado oferece uma presença relevante e consistente, mantendo a marca em destaque no palco principal e nos canais de divulgação. É uma alternativa para empresas que buscam grande alcance e associação institucional ao Congresso, mas com investimento reduzido em relação ao patrocínio de maior nível.

8.3.3. Cota Graduação (R\$ 5.000,00): A cota Graduação proporciona visibilidade estratégica com excelente relação custo-benefício, permitindo que empresas de diferentes portes associem sua marca ao evento. A presença em mídias digitais, materiais institucionais e menções protocolares garante reconhecimento perante o público, ainda que em menor escala que as categorias superiores.

8.3.4. Cota Iniciação Científica (R\$ 1.000,00): A cota Iniciação Científica foi pensada para ampliar o leque de participação, permitindo que empresas locais, startups ou pequenos negócios apoiem o Congresso de forma acessível. Oferece contrapartidas de visibilidade institucional em canais digitais e no evento, assegurando engajamento proporcional ao investimento.

8.4. Essas cotas foram desenvolvidas com base no potencial de retorno que cada nível de investimento pode proporcionar aos patrocinadores, garantindo que todas as categorias de empresas, independentemente do porte, possam participar do evento de forma eficaz e vantajosa. A diversificação das cotas também permite uma maior captação de recursos, crucial para a viabilização e o sucesso do evento, contribuindo para a promoção de inovações e práticas sustentáveis no setor.

## **9. Resultados Pretendidos**

9.1. Comercialização de todas as cotas de patrocínio disponíveis, garantindo os recursos necessários para a cobertura dos custos fundamentais do evento e assegurando a entrega de uma experiência de qualidade aos participantes.

## **10. Providências a serem Adotadas pela Administração**

10.1. Para o Chamamento Público destinado à obtenção de patrocínios inexistem providências a serem adotadas.

10.2. Para a realização do evento, as providências cabíveis estão sendo tratadas nas contratações correlatas e/ou interdependentes.

## **11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

11.1. Contratação de palestrantes.

## **12. Possíveis Impactos Ambientais**

12.1. Para o Chamamento Público destinado à obtenção de patrocínios inexistem impactos ambientais a serem mitigados.

## **13. Posicionamento Conclusivo sobre a Adequação da Contratação**

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

09/09/2025 às 16:00:07 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.

09/09/2025 às 16:41:18 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

13.1. Com base nas informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é viável na forma apresentada e, para tanto, apresentamos este estudo técnico, que balizará a elaboração do Termo de Referência e será anexo do Edital do processo licitatório, destacando que foi elaborado com observância às normas vigentes que regulam as licitações de serviços na Administração Pública Federal, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e no Regulamento de Implantação da Lei 14.133/2021 do CREA/SC.

Florianópolis/SC (datado e assinado eletronicamente).

**Rodrigo Espindola**  
**Coordenador da Assessoria de Integração Profissional**  
**Matrícula 277**

**14. Autorização da Presidência do CREA-SC**

14.1. Em atendimento ao item 3 do artigo 4º do Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos do CREA-SC – RLCA, instituído pela Portaria nº 233, de 30 de dezembro de 2023, e com base no presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, **AUTORIZO** o presente processo de contratação, determinando o seu prosseguimento.

Florianópolis/SC (datado e assinado eletronicamente).

**Eng. Civ. Seg. Trab. CARLOS ALBERTO KITA XAVIER**  
**Presidente do CREA-SC**

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

09/09/2025 as 16:00:07 por Rodrigo Rudolf Espindola Coordenador Assessoria de Integração Profissional, Matrícula: 277.

09/09/2025 as 16:41:18 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.